

# A RENOVAÇÃO DO CONCEITO ESTRATÉGICO

## NACIONAL E O MAR

**ADRIANO MOREIRA**

Presidente do Instituto de Altos Estudos  
da Academia das Ciências de Lisboa

Professor Jubilado

da Universidade Técnica de Lisboa

Entramos neste ano de graça de 2019 com uma espécie de redescoberta de que um Estado, sobretudo quando baseado na comunidade de afetos que é uma Nação, precisa de um conceito estratégico nacional. Admitindo que o Estado antecede de regra a Nação, como sustentou Lord Acton, o evidente é que o Fundador D. Afonso Henriques teve um conceito estratégico nacional marcado pela independência como estatuto e pela reconquista como tarefa, que a Dinastia de Aviz, com D. João I e a excelente educadora que foi D. Filipa de Lencastre, apoiada nos Ínclitos Infantes, redefiniram o conceito nacional ao virar as costas ao Muro de Castela e adotando o Mar como futuro, que o doloroso intermédio Filipino, que presenciou várias edições dos Lusíadas, não afetou o conceito como se viu com a Restauração e as fidelidades que a apoiaram, com a mudança do regime monárquico para República invocando como dinamizador da mudança os interesses ultramarinos. Foi a crescente evolução para Estado

exógeno, passando pelas duras provas da guerra de 1914-1918, e o fim do Império Euromundista nas consequências da guerra mundial de 1939-1948, que tendeu para colocar um ponto final na perspectiva que vinha desde o arranque para Ceuta. Com elite numerosa, em que os marinheiros se distinguiam, os factos levaram a que o Hino Nacional definisse o povo como Heróis do Mar, “salgado pelas lágrimas de Portugal” segundo Pessoa.

Decorrido mais de meio século sobre o fim daquela guerra civil dos europeus, que custou cinquenta milhões de mortos, e sobre o ponto final colocado no colonialismo português em 1974, proliferam os estudos, os ensaios, as propostas, sobre o Conceito Estratégico de Defesa Nacional, uma tarefa que parece não poder ser bem executada sem um prévio Conceito Estratégico Nacional para enfrentar o mundo globalista em que nos encontramos, na condição de Estado *exógeno*, isto é, submetido aos efeitos de decisões em que não participa, *periférico* segundo observadores que não se incomodam em explicar como se identifica a periferia desse globalismo mal sabido, *exíguo* pela relação negativa entre recursos e necessidades, e pela pressão de tantos fatores negativos, na situação de *protetorado*, que se distingue dos extintos pela ONU pelo facto de a submissão vir de instâncias internacionais que são, além do FMI, do Banco Central Europeu, e Comissão Europeia, centros não identificados de

poder financeiro, e não de uma *soberania* superior em poder, e descuidada de respeitar a jurisdição interna.

A comunidade de afetos, que é a definição mais apropriada para uma Nação sólida, vai dando mostras de partilhar a desconfiança que por todo o Ocidente fere a relação com os centros formalmente investidos na função de governança, mas ao mesmo tempo o passado de dignidade que foi ferida, e agrava a incerteza do futuro não suscetível da prospetiva segura.

Nesta inquietação é natural que se procure encontrar exemplo e ânimo nas elites inspiradoras da formação da Nação e do conceito estratégico nacional esgotado.

Tem interesse verificar, que enfrentando nesta data dificuldades de ordem financeira e económica, com inevitáveis reflexos sociais, um dos guias vivos do pensamento do Brasil, que foi até hoje a maior dádiva portuguesa ao património comum da humanidade, que é Fernando Henrique Cardoso, tenha considerado oportuno organizar o tema da Identidade da sua Pátria, inventariando e meditando, num livro notável, que intitulou – *Pensadores que inventaram o Brasil* (2013), uma galeria por onde desfilaram Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Florestan Fernandes, Sérgio Buarque da Holanda, José Bonifácio, Ruy

Barbosa, Celso Prado Jr., Celso Furtado, e, com alguma benevolência mas com admiração, Gilberto Freyre. Professor no Instituto Rio Branco, afirma que não é difícil verificar que “a visão (atual) do futuro está errada”, embora, quanto a ele, medite sobretudo na relação produção-consumo.

Não é todavia de esperar, mas também não pode passar sem registro, que não há portugueses na sua lista da elite que construiu o Brasil, esquecidos pelo menos de Pedro Alvares Cabral ao Padre Vieira.

Todavia, e ao contrário, a Escola da Marinha de Guerra Brasileira, em Maio de 2013, organizou um importante Simpósio sobre o Mar azul, e não omitiu, na sua visão nacionalista, recordar os Duzentos anos da Escola, fundada depois do desembarque de D. João VI, e dos seus oficiais presentes, sabedores e intervenientes na definição do conceito estratégico nacional do Brasil, destaco a meditação do Contra-Almirante Roberto Gama e Silva sobre o que chama “Tsunami Verde-Amarelo. Uma visão nacionalista”, o vice-Almirante Fernando Manuel Fontes Diégues que vai buscar exemplo em A Estatística da Independência, descrevendo as opções navais, o Professor Eduardo Italo Presce dissertando sobre os “Projetos da Marinha do Brasil no Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa”, e finalmente o Contra-Almirante Marcio Piragibe

Ribeiro de Bakker inquieto com a transformação nos continentes, oceanos e atmosfera que nos ameaçam, e tudo sem omitirem a defesa e segurança do Brasil e do seu vastíssimo mar.

Tendo em vista a crise europeia, ocidental, e mundial, e o facto de os EUA parecerem evoluir para voltar a considerar que o Atlântico é a sua retaguarda e o Pacífico o seu destino manifesto (sempre a marinha), ocorreu-me ver a posição da China, num livro de Harry G. Gelber, intitulado “O Dragão e os demónios estrangeiros”, (S. Paulo, 2012), recordado de que recentemente a China “mostrou a bandeira”, colocando no mar um porta-aviões que a opinião pública americana recebeu com preocupação. O autor, minucioso no exame do trajeto da China desde o encontro com os ocidentais, conclui o seguinte no que respeita às relações China-América: “se houver um razoável bom senso dos dois lados, a acomodação deverá perdurar. Ambos os países têm tido cuidado ao longo de diversas décadas para definir seus interesses ultramarinos no Pacífico ou no sudoeste asiático de modo a limitá-los, em vez de coloca-los em conflito”. Finalmente, sabemos que “os problemas da superpopulação, do aquecimento global, da produção de alimentos e da distribuição da água serão os maiores desafios que a humanidade terá de enfrentar para salvar o planeta e a sua biodiversidade”. Sem marinha não vai ser fácil enfrentar esta visão de futuro.

Estes dois exemplos servem-nos para meditar em conjunto, nesta Academia onde se reúnem a experiência e o saber, com atenção ao imperativo – servir a Pátria, que a Pátria vos contempla, sobre o lugar que o problema do Mar e da Marinha tem nas preocupações nacionais, europeias, e mundiais, em tempo de crise sem exemplo no passado.

Em primeiro lugar não podemos deixar de mencionar os trabalhos que devemos às Universidades, em que destaco a Universidade dos Açores, de Aveiro, do Algarve, e os estudos levados a cabo no ISCSP, hoje integrado na Universidade de Lisboa, na área da Estratégia e das Relações Internacionais, na Universidade Católica e na Academia das Ciências com larga intervenção do senhor Almirante Nuno Vieira Matias, acrescentando o primeiro ano de atividades do *Cluster do Mar*, que no fim desse seu primeiro ano e, dirigido por Ana Paula Vitorino, entusiasta desta missão, contribuiu “de forma ativa e determinada para uma estratégia nacional marítima e costeira, que se pretende transversal à sociedade portuguesa e com objetivos claros em termos de conhecimento, sustentabilidade e desenvolvimento”.

Também não podemos ignorar o documento – Estratégia Nacional para o Mar 2013-2020” colocado em discussão pública (Crescimento Azul) com os seguintes objetivos: “A ENM – 2013-2020 pretende recuperar a identidade marítima nacional, concretizar o potencial económico, geoestratégico e geopolítico do território marítimo nacional, tornando o Mar-Portugal num ativo com benefícios económicos, sociais e ambientais permanentes, criar condições para atrair investimento, nacional e internacional, em todos os setores de economia do mar, procurando o crescimento, o emprego, a coesão social e a integridade territorial, e aumentando, até 2020, a contribuição direta do setor Mar para o PIB nacional em 50%, reforçar a capacidade científica e tecnológica nacional, estimulando o desenvolvimento de novas áreas de ação que promovam o conhecimento e potenciem, de forma eficaz, eficiente e sustentável, os seus recursos, usos e atividades, e consagrar Portugal, a nível global, como nação marítima e como parte incontornável da política marítima integrada e de estratégia da UE, nomeadamente para a área do Atlântico”.

É justamente este último desígnio – como parte incontornável da política marítima e integrada da estratégia da União Europeia – que chama a atenção para o facto de este importante documento, que visa uma adesão pública a um conceito de ação marítima governamental, temporalmente coincidente com a

proposta governamental pedida ao grupo de trabalho dirigido, neste ano de 2013, pelo Doutor Luís Fontoura (Almedina, 2013), e com o texto intitulado Conceito Estratégico de Defesa Nacional, publicado como emitido pelo governo de Portugal. Não é possível afirmar que houve relação averiguada e avaliada entre ambos os textos, mas tem de atribuir-se maior relevo ao segundo, vista a origem. E nele se afirma que, tendo o anterior conceito estratégico de defesa nacional sido aprovado em 2003, o novo era necessário, em vista da profunda mudança da circunstância mundial, quer económica e financeira, quer do quadro de ameaças e riscos, salientando que “o novo conceito estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), aprovado em 2010, bem como o novo Tratado da União Europeia (UE) – o Tratado de Lisboa – implicaram novas exigências em termos da contribuição portuguesa para a garantia da segurança internacional”.

Percorrendo o texto, a enumeração dos riscos e ameaças, e os deveres de cooperação estão enumerados de acordo com as análises internacionais correntes, mas falta apontar, o que sugiro com a maior humildade, que o problema central da crise portuguesa, obediente ao receituário da Troika, que o Ministro da Finanças demissionário apontou como de consequências frustrantes, é o de pão e trabalho, e que toda a panóplia de medidas para valorizar a

rentabilidade do mar e da costa portuguesa omite o fator tempo quanto às consequências do liberalismo repressivo em exercício, quanto à experiência do conceito da destruição-constructiva que foi remédio indicado em casos como os do Chile, do governo Argentino, e até do Oriente, sobretudo omite a importância da plataforma continental, e os riscos evidentiíssimos que corre, e a relação indispensável entre a Marinha e o talvez mais importante fator de recuperação de um futuro decente para as gerações que vão receber o legado da crise que a política do neoriquismo causou no Ocidente.

Não é a discutir durante um tempo interminável e sem conclusões a utilidade dos submarinos, sobre a qual seria menos dispendiosos de energias ouvir os profissionais, não é teorizando na luta do comentarismo corrente a marinha de duplo emprego, nem é seguramente pondo em questão competências tradicionais, valores e condutas que fazem parte da solidez da identidade das instituições, que tal problema será resolvido e que a integridade do interesse nacional será garantida.

Que o risco existe e não é pelas técnicas do Estado Espetáculo que poderá ser eliminado das inquietações nacionais, começa por ser lembrado com a manifestação pública do governo de Espanha sobre as Desertas.

Não faltam exemplos, na experiência internacional, de um governo criar incidentes internacionais para desviar a atenção pública do seu país de temas que o enfraquecem. Algumas críticas sugerem que a senhora Thatcher adotou a solução churchiliana das Malvinas porque as sondagens lhe anunciavam a perda da maioria nas eleições próximas, e deste modo recorreu a levantar o orgulho e adesão do eleitorado do seu povo. O governo espanhol, em dificuldades internas no seio do partido da maioria e em face do Parlamento e da opinião pública, teve uma paixão súbita por rochedos, e reclamou ao mesmo tempo a natureza das Desertas e do Rochedo de Gibraltar. Quanto ao segundo esqueceu-se de lembrar que já não faz falta à rota imperial da Inglaterra, e cuidadosamente, esperando juntar o útil ao agradável, também esqueceu a hispanização que tem sido desenvolvida para não reconhecer e consolidar a usurpação dos direitos portugueses sobre Olivença, talvez porque não é um rochedo, são uma centena de quilómetros quadrados. A mudança de perfil das relações entre Portugal e Espanha deve tempo e trabalho suficientes para impedir que um expediente diplomático, usado por razões internas, venha desvendar ambições ilegítimas danosas para Portugal. A marinha seguramente pode ajudar a tornar menos fácil a transformação das Desertas em rochedos, com a consequência real de afetar a dimensão da plataforma continental que nos pertence.

Mas a posição é mais severa no que diz respeito à relação com a União Europeia. Já é suficiente a transferência e gestão da parte dos recursos vivos do mar a que o Tratado de Lisboa procedeu para a União, com abandono desnecessário de competência nacional, e nem sequer descentralizando tal questão, um tema em que os resultados da Política Agrícola Comum deviam estar na lembrança. Mas se a definição do Mar Europeu, uma tarefa em que com competência se empenha a eurocracia, se verificar antes de a ONU reconhecer o nosso direito, qualquer português se lembrará do Mapa Cor-de-Rosa, das ambições que despertará em toda a interioridade da União, e as consequências inevitáveis para os nossos interesses vitais, numa data em que constantemente lembra a linha da pobreza que ultrapassou o Norte do Mediterrâneo. De novo a Marinha tem de ser lembrada, e a sua intervenção reconhecida como insubstituível e urgente.

Finalmente não deixarei de recordar que o liberalismo repressivo, que em todos os lugares onde foi aplicado destruiu a classe média pelos impostos, e o património nacional pelas privatizações que colocaram a subida dos preços no lugar onde não era já aplicável a subida dos impostos, atinge severamente o património imaterial português. Privatizar o Alfeite, ou extinguir os estaleiros de

Viana, a consequência mais grave que tem é a de rapidamente extinguir o *saber fazer*, e este não é repostado facilmente. De novo a Marinha deve merecer uma atenção especialmente e legalmente devotada a este agravamento descuidado da importância do Mar. Precisamos da Marinha, não tanto porque a Pátria a contempla, mas porque não pode deixar-se de contemplar a Pátria submissa a um protetorado, que até agora lhe destrói os interesses, desagrega a comunidade de afetos que é a Nação, e aumenta o sal do Mar que são lágrimas de Portugal.

A importância da semântica cresce sobretudo na área da criatividade a que recorrem governos quando querem minorizar a gravidade das decisões que tomam, por vezes moderando a rapidez de o eleitorado compreender o consequencialismo que acompanha o discurso. Isto tem, entre outros efeitos colaterais não previstos, nem pelo autor da inovação nem pelos destinatários, o que pelo menos os conduz a uma coincidência de situação, que é o eventual esquecimento do tema principal. O percurso governamental na área dos impostos, objeto frequente de uma crise que faz empalidecer os mais empenhados especialistas no entendimento do pensamento governamental, tem o cuidado, que é de sublinhar, em aperfeiçoar essa capacidade, da qual vão tomando conhecimento demorado sobretudo os mais atingidos pelos cortes, que se lhes vão tornando habituais, dos recursos que supunham mais resguardados.

Entre os efeitos colaterais já mais evidentes, e relacionados muito claramente com a criatividade semântica que multiplica os nomes dados aos impostos, está o facto de a palavra Troica ter um uso tão indispensável e frequente que vai empurrando para a penumbra, que antecede o esquecimento, o facto de a União estar em crise, relegando para a obscuridade os órgãos de governo crescentemente dispensados pela burocracia internacional de manifestarem as inquietações que assumem e as terapias que adotam, porque é a voz dos empregados chamados técnicos, aquela que os destinatários, governantes e governados, são convidados a escutar e seguir. É difícil distinguir entre uns e outros. É evidente que a crise europeia e mundial, as discretas e apressadas reuniões dos titulares de responsabilidades de governança, a velocidade de deslocações a que são obrigados para as reuniões breves em distintos e diferentes lugares de encontro, contribui inevitavelmente para esta inversão de protagonismos, ou da falta de visibilidade de alguns intervenientes, por serem mais discretas, mas não menos importantes, as funções que lhes pertencem na estrutura administrativa, relativamente uma das dispendiosas organizações supranacionais legalmente vigentes. Como foi dito (Portela e Toledo) “os resultados ou os benefícios de cinquenta anos de Comunidade Europeia não são os mesmos para todos. Não se pode pedir a mesma atitude ao que se beneficiou de algumas políticas europeias com o pedido ao que não foi beneficiado e é

vítima, por exemplo, do desemprego, da deslocalização institucional e de infraestruturas deficientes de transportes, culturais, universitárias, e sociais”. Nem dos que foram vítimas das faltas de avaliação das políticas, do esquecimento dos valores que devem impedir o descontrolo dos mercados, e da ganância destrutiva dos mais fracos como países, e das classes médias que eram as traves mestras de uma sociedade civil transfronteiriça, promovendo a substituição da declaração de direitos, incluindo os sociais, pela declaração de impostos. É evidente que tem de reconhecer-se a diferença de objetivos dos países, desde que participem no bem comum da União, o que implica manter uma atitude solidária em articular austeridade e crescimento, entre capacidade e fadiga fiscal, entre países ricos e países pobres, entre respeitar ou reformar o Tratado de Lisboa mas não admitir o esquecimento, e a substituição por liberdades avulsas de ambições diretórias. Tudo isto evidencia que definir o conceito estratégico da União, é o problema que exige atenção responsável e decisão, o que impedirá que a realidade seja colocada em suspenso pela questão de saber o que farão os empregados da Troica, cujas deslocações, programas e opiniões diretivas devem ser respeitosamente acatadas pelos povos que os não escolheram, e pelos governos que foram eleitos para, nos Conselhos da União, defenderem um conceito estratégico sem o qual a crise apenas variará de

definição, ou apenas de nome. Só por uma atitude criativa de governantes, não de funcionários, a Europa será uma realidade com voz no mundo.

Assembleia da República

14/10/2014